


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0018657-73.2002.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

ELI XAVIER DE ARRUDA opõe exceção de pré-executividade (fls. 125/129) nos autos da execução fiscal que lhe move a **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, alegando (i) ilegitimidade de parte uma vez que a pessoa indicada como devedora faleceu em 24/04/1992 e a fazenda já deveria ter movido a ação contra o espólio ou os herdeiros individualmente, não sendo possível a modificação do sujeito passivo da execução (ii) prescrição.

A Fazenda manifestou-se em impugnação a fls. 131/165.

1- Cabimento da Exceção de Pré-Executividade

A exceção de pré-executividade apresentada é cabível uma vez que foram suscitadas matérias de ordem pública, cognoscíveis de ofício, e que dispensam dilação probatória (Súm. 393, STJ).

2. Ilegitimidade de parte.

O executado originário faleceu em 1992 (fls. 60) e, mesmo assim, teve contra si movida a execução, 10 anos depois, em 2002. O falecimento ocorreu muito tempo antes da propositura da ação, e mesmo dos fatos geradores.

Conforme a Súm. 392 do STJ, “a Fazenda Pública pode substituir a Certidão de Dívida Ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução”.

O STJ, sabe-se, vem aplicando a Súm. 392 para casos de redirecionamento contra o espólio, se o óbito é anterior à propositura da ação (REsp 1222561/RS, j. 26/04/2011; AgRg no REsp 1056606/RJ, j. 27/04/2010).

Saliente-se que, no caso em tela, o redirecionamento sequer se deu contra o espólio, e sim contra a cônjugue supérstite e filhos do falecido, o que inequivocamente implica alteração do sujeito passivo.

O processo deve ser extinto, sem resolução do mérito, vez que as pessoas indicadas às fls. 93 são partes ilegítimas porque indevido o redirecionamento contra elas, assim como o executado originário também é parte ilegítima, porque falecido.

3- Prescrição

O termo inicial da prescrição corresponde ao vencimento da última parcela dos tributos cobrados. Nos casos de tributos sujeitos a lançamento de ofício, a constituição definitiva do crédito tributário (art. 174, caput, CTN) dá-se com a notificação ao sujeito passivo (STJ, AgRg no AREsp 246.256/SP, Rel. Min. Humberto Martins, 2ªT, j. 27/11/2012).

Todavia, há que se ponderar que antes do vencimento do imposto ele é inexigível, não havendo a possibilidade de se deduzir pretensão executiva (art. 580, CPC), devendo exigir-se então, para o início do lapso prescricional, o vencimento, orientação esta admitida no STJ, por exemplo, em relação ao IPTU: “constituído o crédito tributário pelo envio do carnê ao endereço do sujeito passivo e encontrando-se pendente o prazo de vencimento para o pagamento voluntário, ainda não surge para o credor a pretensão executória, sem a qual não tem início o prazo prescricional” (REsp 1399984/PE, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ªT, j. 10/09/2013).

Mas, no caso de pagamento parcelado para o tributo, como no IPTU, qual vencimento? É razoável fixar como termo inicial o vencimento da última parcela, pois antes deste ainda há a oportunidade de o contribuinte quitar as parcelas anteriores, evitando a exigibilidade do crédito.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

O TJSP possui diversos julgados fixando como termo inicial, nesses casos, o vencimento da última parcela: AI 0163023-74.2013.8.26.0000, Rel. Silvana Malandrino Mollo, 14ª Câmara de Direito Público, j. 31/10/2013; Ap. 0007147-55.2002.8.26.0116, Rel. João Alberto Pezarini, 14ª Câmara de Direito Público, j. 31/10/2013; MS 0122461-57.2012.8.26.0000, Rel. Nuncio Theophilo Neto, 14ª Câmara de Direito Público, j. 09/08/2012; Ap. 0080516-16.2001.8.26.0602, Rel. Rodolfo César Milano, 14ª Câmara de Direito Público, j. 16/06/2011.

À luz de tais ensinamentos, os termos iniciais, neste caso, são:

- CDA de fls. 04: 01/03/97
- CDA de fls. 05: 01/03/98
- CDA de fls. 06: 13/12/99
- CDA de fls. 07: 13/12/00
- CDA de fls. 08: 13/12/01

Em consequência, os termos finais do prazo prescricional são:

- CDA de fls. 04: 01/03/02
- CDA de fls. 05: 01/03/03
- CDA de fls. 06: 13/12/04
- CDA de fls. 07: 13/12/05
- CDA de fls. 08: 13/12/06

Sobre a interrupção da prescrição, temos que a matéria rege-se pelo art. 174, parágrafo único do CTN, não importando a disciplina da LEF, pois esta, nessa matéria, não se aplica aos créditos de natureza tributária, uma vez que a prescrição tributária é regida, segundo o art. 146, III, "b" da CF/88, pela lei complementar que estabelece normas gerais em matéria tributária, in casu o CTN (recepcionado com lei complementar).

Na execução fiscal, o momento interruptivo é estabelecido pelo inciso I do parágrafo único acima referido.

Tal inciso I, até a LC nº 118/05, previa a citação como ato interruptivo, e, após a LC nº 118/05, que entrou em vigor em 09/06/05, passou a prever o despacho do juiz que determina a citação como ato interruptivo.

Segundo o STJ, REsp 999901/RS, Rel. Min. Luiz Fux, 1ªS, j. 13/05/2009, a norma superveniente, de caráter processual, tem incidência nos processos em curso, desde que ainda não tenha sido prolatado o despacho do juiz que determina a citação, quer dizer, se em 09/06/05, no executivo fiscal específico, já tinha sido proferido o despacho de citação, a interrupção ocorre com a citação, se ainda não tinha sido proferido tal despacho, a interrupção ocorre com a sua prolação.

No caso em tela, em 09/06/05 já havia sido proferido o despacho de citação, assim, a interrupção da prescrição deu-se com o ato citatório, efetivado em 19/11/2002 (fls. 18), menos de 05 anos contados dos termos iniciais acima assinalados, ressalvado apenas o tributo da CDA de fls. 04, que efetivamente prescreveu.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **ACOLHO** a exceção de pré-executividade para (a) **DECLARAR** a prescrição do crédito tributário indicado na CDA de fls. 04 (b) **EXTINGUIR** o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, VI do CPC.

CONDENO o exequente em honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 788,00.

P.R.I.

São Carlos, 12 de junho de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

0018657-73.2002.8.26.0566 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br